



# Carta aos Judeus

Rabino Nilton Bonder

Escrevo esta carta com um senso de responsabilidade. Tenho perto de três décadas de serviço à comunidade judaica brasileira e acredito ser o rabino mais sênior em tempo de serviço ainda na ativa. Sou sem dúvida o mais sênior dos rabinos natos brasileiros ininterruptamente nesta função.

Escrevo porque tempos muito desafiadores se apresentam à identidade judaica. Não são questões novas, mas como a um contabilista de patrimônio cabe alertar para o dilapidar de recursos, venho inquietar sobre um importante acervo ameaçado. O senso de urgência não tem a ver com tomada de decisões específicas, mas com o desenvolvimento de uma nova consciência que ajude nas escolhas e na adoção de novos padrões que demandam nosso tempo.

1

## Gênese

O Judaísmo não é uma religião.

O patrimônio coletivo dos judeus não é uma religião.

Nas origens o Judaísmo não apresenta ideias de salvação ou iluminação pessoal. Abraão é um visionário de um novo senso coletivo para “suas sementes numerosas” e que parte em busca de uma nova terra. Essa terra não tem características de um território ou de um estado, visto que não há descrição ou demarcação do mesmo – é apenas uma terra que será “mostrada”. O significado maior deste “chão” é uma nova plataforma, uma nova forma de vínculo. Neste novo solo a solidariedade e a integridade produziria uma relação inédita entre indivíduos distanciando-os do fratricídio (Caim/ Abel), do egotismo (Babel e a língua particular) e da crueldade (geração de Noé). Deus não é protagonista em Gênese, não no sentido de uma religião fundada. A temática não é teológica, mas em torno da capacidade humana de se organizar diante das tensões da família e da tribo. O norte não é a conquista

dessa terra, mas de como crescer em direção a ela. A identidade se faz por vínculo e não por crença. Surge o pilar principal do Judaísmo, *Klal Israel*, o coletivo de Israel.

O senso grupal que até hoje melhor define os judeus é a contribuição de Abraão. Hospitaleiro ao outro, sua casa se faz mais do que a morada de um único núcleo familiar, é uma tenda aberta capaz de sustentar vínculos tão fortes no ambiente social como se experimenta no ambiente da parentela. Inventa-se o meta-pai, o patriarca e a meta-mãe, a matriarca. Mais ainda, se inventa uma herança que é estranha a Esaú – o desejo da bênção. Há patrimônio a ser herdado, mas não é da ordem dos haveres, do pecúlio, e sim dos viveres, de poder existir olhando o mundo de cima dos ombros dos que existiram antes. Essa é a bênção que não se quer deixar; essa é a tradição. Tradição é vínculo horizontal com contemporâneos e vertical com o futuro, com os “transtemporâneos”. Na verdade a tradição é o vínculo de parentela em ambos os planos do tempo – horizontal e vertical – daí a “família” de Abraão ser tão profusa como as estrelas do céu. A utopia de Abraão expande exponencialmente o vínculo parental, possibilitando vínculos que incluíssem a todos – todos os de tradição.

2 Ser de tradição não é genético. Começa genético no âmbito da família, mas tem a intenção de se fazer uma genética inclusiva de todos que aderem à tradição. Por isso os judeus falam hoje de algo muito estranho que é o senso genético aplicado a um grupo. Mas não representam um grupo étnico no sentido genético, são diversos e percebem uma interseção genética pela qualidade do vínculo que a tradição estabeleceu. *Klal Israel*, o senso coletivo, ultrapassou a barreira física do sangue e o fez sangue de alma.

Ser judeu é ser parte deste coletivo. Só é judeu (não quem tem mãe judia!), mas quem tem esse vínculo coletivo. Filho de mãe judia sem esse senso coletivo, não será judeu em duas gerações; quem não é filho de mãe judia e que por qualquer razão tenha esse senso coletivo, será de tradição e seus filhos têm grande chance de permanecerem de tradição.

A tradição de Abraão é vínculo e não dogma. Nem sequer o Deus único é postulado por Abraão. Sua tradição não é teológica, mas humana. Trata-se da fé no Homem Único, unido por vínculos inéditos que compõem a nova terra apontada.

Que se guarde bem esse conceito: o judaísmo é medido por este compromisso com *Klal Israel* (o coletivo de Israel). O pacto de Abraão não é teológico ou ontológico e não estabelece doutrina. O pacto é o compromisso com algo futuro que no espaço é uma terra que será mostrada e no tempo uma multidão de descendência. O compromisso é com cultura (chão) e filhos (futuro).

Quatro são os patriarcas e cada um reflete uma distinta tensão para a tradição-pacto: 1) O *Chacham* (identificado) que é a origem deste pacto (Abraão); 2) o *Tam* (superficialmente identificado) é a geração passiva e cega (Isac); o *She-ló lodea* “o que não sabe perguntar” (o distante) é a geração que se afasta e vive longe das “moradas” dos pais (Jacó); e o *Rashá* (assimilado) é a geração que abandona a casa dos pais, mas a reconsidera e retorna (José). Cada uma destas dimensões é essencial para o *Klal* (o grupo) porque atende as questões da diversidade presente em qualquer identidade onde sempre existem distintos níveis de engajamento. O *Rashá* (assimilado) não precisa se tornar um *Chacham* (envolvido) para o coletivo, porque cada uma destas condições flexibiliza estar-se na tradição, tolerando as diferenças do coletivo que nunca é hegemônico.

Exatamente por não se qualificar como uma religião, o Judaísmo abarca estes diferentes graus de vínculo o que legitima a todos estar na “mesma mesa”, no espaço coletivo.

O Judaísmo só ganha contornos de uma religião clássica a partir do Iluminismo e das transformações que apontavam para a inclusão dos judeus como cidadãos das nações europeias no século XVIII. Para os judeus mais liberais o Judaísmo tinha que estar alinhado com as religiões do Ocidente, com o Catolicismo e o Protestantismo. O Rabino ganha então características de um “pastor” dos judeus, quando em sua origem o rabino não era um sacerdote, mas um mestre da cultura e da jurisprudência, determinando as leis que regiam o coletivo e os costumes a serem praticados. Para os judeus mais ortodoxos a aderência mais rigorosa à observância surge como resposta ao desafio da possível integração à cidadania, reforçando aspectos de intransigência comum nas doutrinas religiosas e incorporando características de salvação e iluminação semelhantes às religiões convencionais.

No entanto, a identidade Judaica não tem sua origem em teologias dogmáticas e o que muitas vezes aparenta ser da esfera da religião, nada mais é do que uma área de serviço e exercício do coletivo. Rituais e observâncias são instrumentos de manutenção de identidade e fidelidade coletiva e não propriamente de culto e credo.

Moisés não é crente ou piedoso e sim um líder executivo e legislador; os sacerdotes têm funções burocráticas comunais com características medicinais, sanitárias, jurídicas e psíquicas (benzeduras e expiação) destituídos de uma essência mística; os profetas afirmam preceitos éticos acima das credices e do extremismo; os rabinos não são clérigos, mas mestres das leis e dos costumes, preocupados principalmente com a preservação de *Klal Israel*, o âmbito comunal. Desde Abraão até os rabinos há ênfase no coletivo humano (vínculo, ética e transmissão), e pouco interesse, seja marginal ou apócrifo, no sobrenatural ou na própria divindade. O divino é interdito, sua forma e seu Nome são vedados, e há censura ao asceta, ao eremita e ao fanático.

Não é por coincidência que os judeus se dividem “religiosamente” em Ortodoxos (*cham-cham*-envolvidos); Conservadores (*tam* – superficialmente envolvidos); Reformistas (*Sheló-iodéa lishol* -- distantes) e Seculares (*rashás\** – assimilados). Cada uma dessas facções, igualmente comprometidas com o coletivo, compartilha da mesma identidade, outorgando seja a ortodoxo ou a ateu a mesma autenticidade como judeu. Onde melhor se encaixe a identidade, é desde lá que cada grupo professa seu compromisso e sua inclusão.

A devoção ou a observância a aspectos religiosos não é determinante do pertencimento, mas tão somente o respeito ao coletivo e o acolhimento ao vínculo de responsabilidade um com o outro (*arevim zé-la-zé*).

Outra tentativa bastante recente de redefinir o Judaísmo como uma religião, vem das adaptações da Cabala ao esoterismo moderno e que advogam uma tradição de iluminação e convencimento e, por vezes, de salvação. Assemelham-se em forma aos Judeus por Jesus e outras seitas, que visam substituir o vínculo comunal pela convicção e pelo proselitismo. A Cabala e o seu estudo são parte da tradição judaica, mas a Cabala pregada popularmente é uma nova forma de religião externa ao Judaísmo.

Um aspirante ao judaísmo não é um prosélito, um adepto a ideias, mas alguém que ratifica uma aliança com o coletivo. Daí não poder-se ser judeu sozinho da forma que se pode pertencer a uma religião moderna individualmente. Coletivo, no entanto, não significa viver imerso em comunidade, mas sentir-se responsável pelo coletivo. Para alguns o coletivo passa pela vida comunitária, mas o coletivo é diverso, ou seja, comporta distintas formas de coesão ao grupo. Há pessoas que experimentam o coletivo como uma responsabilidade pela cultura coletiva; ou pela organização social e política do coletivo; ou pela arte ou por detalhes e costumes coletivos.

## Exôdo

A saída do Judaísmo se dá pela perda dessa noção de *Klal Israel* e não porque a mãe não é judia. E muitas pessoas num mundo individualista, que sublinha o ser e empalidece o grupo, não se dão conta que seu legado e sua legitimidade em fazer parte esta em afetar-se com as questões coletivas.

O Egito bíblico não é um país e também não é um inimigo natural, mas um lugar “estreito” por onde a tradição dos pais é substituída por uma “escravidão” a normas de um coletivo que não é verdadeiramente um coletivo, mas a própria dissolução da identidade. O Egito não ameaça a tradição por uma nova tradição, até porque muitos dos saberes do Egito

foram introduzidos na cultura e costumes de Israel; nem ameaça porque assalta o indivíduo com as más condições do jugo; o tema do Êxodo é o risco de dissolução do vínculo de *Klal Israel*.

Não é por acaso que na saída do Egito vários não judeus (*erev rav*) acompanham os judeus como parte do coletivo, porque já estava estabelecida a norma de que o vínculo é o objeto determinante da identidade.

O Egito é esse lugar genérico, universal, sem tradição. A escravidão é o oposto do que sonhara Abraão porque divide os seres humanos em castas. A casta é uma estirpe absoluta: ou se faz parte de uma família, de uma linhagem ou não existe possibilidade de vínculo e identidade. O problema do Egito não são seus muitos deuses, mas seus “muitos homens”. Diferente do Humano Único que reverencia Abrão, no Egito genérico-universal há muitas espécies de homens.

Interessante que hoje há uma inversão nesta questão. Pensa-se que a identidade é a matriz dos conflitos por estabelecer diferenças entre os seres humanos, mas talvez a “falsa universalidade”, representada pelo Egito como uma mera sofisticação da geração da Torre de Babel, é que camufle as dissonâncias e as discórdias. Por trás do universalismo não é raro que se esconda o individualismo, e por trás dele a aversão a vínculos que nos responsabilizem com o outro. O individualismo pode ser a redução máxima da família a si mesmo; e Abraão propunha a expansão da família para abranger a todos. A terra de Abraão é diametralmente oposta a Terra do Egito.

Tirado do Nilo, amamentado com cultura egípcia e com educação palaciana, Moisés é cria cultural de José, o assimilado. Moisés se casará como o fizera José, totalmente fora dos padrões da identidade, mas caberá a ele o resgate de sua judeidade, qual seja a responsabilidade com o coletivo tanto do povo como de seu legado (*Klal Israel*).

A Moisés caberá produzir um novo pilar do judaísmo: a Torá. Diferente de Abrão o idealizador, Moisés é aquele que tem que colocar em prática e realizar. Não basta conceber a possibilidade deste vínculo, ele tem que ser objetivado e concretizado. A ética e os Mandamentos compõem este pilar. Os vínculos de *Klal Israel* têm a ver com: 1) a força que tira da individualidade; 2) o acolhimento de uma única autoridade; 3) que não pode ser representada ou tutelada; 4) que distingue entre sagrado – coletivo – e mundano – individual; 5) que tem raízes; 6) que não mata; 7) não falsifica; 8) não rouba; 9) não mente; 10) e não viola.

A Torá estabelece que a identidade não seja composta de direitos, mas de deveres. Vínculos são feitos de deveres; só quando são mercantis é que são deveres e direitos. Vínculos são incondicionais e unilaterais. Para uma mãe ou um pai, só há deveres. Para um bom

irmão ou um bom amigo, só deveres. Pode parecer antagônico, mas o grande “barato” de ter-se um vínculo é a capacidade de se sentir responsável. Essa responsabilidade não é uma renúncia e nem uma desistência, mas um pacto com o coletivo. O único direito perante um coletivo é ser parte dele. Os bônus existenciais e espirituais são muitos, porque quem é parte do coletivo transcende a finitude e a penosa descoberta da inexistência de objetivos maiores à vida de um único indivíduo.

O êxodo de judeus não acontece por que casam com não judeus ou abandonam as tradições. Acontece quando se desdenha o lugar coletivo. Ser do grupo de José (assimilado) não é um rompimento com o Judaísmo. Porém o Egito, ao contrário, simboliza agir individualmente, customizando e consumindo para fins próprios o espaço coletivo.

Quando um judeu se casa com uma pessoa de outra religião isso não coloca em risco o Judaísmo. A ameaça acontece somente quando o judeu em questão perde a noção de *Klal Israel*. Vejo hoje pessoas que dizem ter apreço pelo Judaísmo realizando cerimônias de casamento falsas, onde a fachada é judaica, mas o que acontece é um rito particular, de uma religião particular, customizada para atender necessidades do indivíduo. Tal é a ignorância do coletivo que não percebem que o “pecado” não é o casamento misto, mas a incapacidade de acolher normas e convenções do coletivo. Com reivindicações de direitos, perdem seu grande patrimônio coletivo que é o respeito às regras e costumes. As normas, claro, podem mudar e muitas vezes devem mudar, mas é de dentro do espaço coletivo e não de foro individual que isso pode ser alcançado.

Quando se faz um casamento falso-judaico, com indivíduos que se fantasiam de coletivo e representatividade, se está agindo de forma individual, customizada, e se está abandonando o campo coletivo. O pecado não é ser parte do grupamento de José, de ser assimilado, ou ter práticas que não condizem com a expectativa do coletivo, mas é querer impor ao coletivo seus interesses pessoais, evocando direitos, sem perceber o sagrado que são seus compromissos. Deveres não cumpridos são meramente faltas ou rebeldias que poderão no futuro até se transformar em norma coletiva pelo fato de conterem em si valores importantes. Ser parte de um grupo é poder ser transgressor (*rashá*), desde que não acarrete na perda da responsabilidade com o coletivo. Suportar estar-se na condição de desvio de conduta é, curiosamente, ainda fazer parte do grupo. Entretanto, alienar-se e fingir que não há tensões, tentando colocar para baixo do tapete as fricções entre pessoal e coletivo é excluir-se do espaço comunitário. Constitui dissolver-se no Egito da personificação e não é surpresa que algumas pessoas se queixem do coletivo como tendo algo pessoal contra elas. Não o tem. O que os faz pensar que é pessoal, é justamente o fato de terem debandado da esfera dos deveres para o território dos direitos e privilégios e se personificarem.

Perdem o senso coletivo e a responsabilidade para com o coletivo e derrubam assim o pilar mestre que sustenta a identidade.

Outra questão é a morte. A morte é uma importante metáfora sobre uma vida. No imaginário coletivo a morte é sempre o último capítulo de uma narrativa e parece conter relevantes significados sobre o enredo. Vemos também nessa área uma tendência a individualizar costumes e a particularizar a metáfora da morte como uma morte pessoal: a minha morte. Porém a morte é a ausência de individualidade e a única coisa que pode nesse momento sobreviver à irrelevância e ao anonimato é a condição grupal. Muitas pessoas hoje querem ser cremadas e desenham com detalhe a maneira que querem individualizar sua morte. Nesse momento elas estão abandonando a tradição, não porque a desobedecem, mas porque revelam o desdém ou a incompreensão quanto à essência do coletivo. Porque a ignorância sobre o sentido do coletivo é também em si uma forma de deserção. A saída do Egito é uma saída para evitar o “êxodo da identidade” e sua estratégia é contrapor com deveres (Revelados no Monte Sinai) as aspirações de direitos e privilégios do indivíduo. Quando as pessoas inventam seus ritos e os singularizam deixam os seus descendentes sem tradição. O pacto “transtemporâneo”, geracional, é rompido e o sujeito em questão se personifica causando uma reação imediata de decomposição de sentidos e essências. O corpo individualizado na morte não apenas se desintegra fisicamente, mas desagrega valores e ancestralidade.

7

A mumificação é a idolatria do sujeito; um culto aos “muitos homens” que, ao tentarem se fazer deuses, abandonam ao Homem Único que habita em todos os humanos.

*Goy*, no sentido da exterioridade ao coletivo não é um “outro”, mas a alteridade a si mesmo – a condição em que se encontra um judeu destituído do vínculo com *Klal Israel*. *Goy* é um membro do coletivo que passou por um lugar tão estreito (*mitsraim*-egito) que resultou comprimido a um mero indivíduo. Faraó, a cultura generalizante, universaliza pela multiplicação de indivíduos sem vínculo e conduz a uma terra antítese de Abraão.

Hoje *goy* não é o outro, porque o outro deixou de ser antagônico à identidade. *Goy* é tão somente um judeu sem coletivo. Não sem comunidade, mas sem senso coletivo.

## Levítico – Liderança

Mas como manter-se ligado ao coletivo sem que isso esteja no âmbito comunitário?

É aí que entram os rabinos. Os rabinos não eram sacerdotes, não eram curandeiros e não eram párocos. Não construíam um clero, mas uma liderança responsável pela transmissão. Os rabinos surgem num período de dispersão e diáspora em que a tradição perde re-



cursos comunais essenciais. A perda de soberania, a perda da língua, a perda do espaço público e a perda de autonomia. Aos rabinos coube um terceiro pilar para salvar ambos *Klal Israel*, o senso coletivo e de compartilhamento, mesmo em exílio; e a Torá, o discernimento do dever, mesmo em meio às tribulações do desterro que favorecem o “salve-se quem puder” individual. O terceiro pilar dos rabinos é Israel, o lugar coletivo virtual, a tal terra que não é constituída de território, mas de vínculo; não de fronteira, mas de identidade. Eles passam a falar de “*gader*” um cercado, uma circunscrição ao coletivo que lhe pudesse dar contorno. Eles ampliam o sentido de “deveres” (*mitsvot*) para práticas e costumes que permitem aos indivíduos exercitar e experimentar pertencimento a um povo.

Para não deixar de mencionar os Profetas, importante elo na tradição, temos que entendê-los como um prosseguimento de Moisés, do mundo da Torá. Deus fala pela Torá e continua falando pelos profetas. Deus é o pivô coletivo – autoridade incógnita e sem sujeito – e sua fala é sempre ética porque atende ao um e ao todos. Os profetas não falam leis, mas cobram seu espírito. Deus fala pela letra da Lei e Deus fala pelo espírito da Lei. Letra sem espírito ou espírito sem letra e se corrompe a ética e com ela o senso coletivo.

Abraão concebe o sonho de um novo vínculo, Moisés e os Profetas o instauram e os rabinos têm que manter. Quem já se envolveu com projetos sabe que mais difícil que criar é realizar, e mais difícil que realizar é manter. Os rabinos têm que manter e transmitir.

8

O rabino não é um religioso. O rabino tem que ter a severidade e o zelo pelo coletivo que parecerá ao olhar dos “indivíduos” um fervor típico de um credo e serão confundidos como porta-vozes dos desígnios celestiais. No entanto, o Talmude, o livro-território dos rabinos, é bem claro ao afirmar que os céus não têm nada a ver com as atribuições da terra. Numa estória-paradigma os rabinos proíbem a intervenção de Deus e rejeitam que interfira sobre as coisas dos homens e da terra\*. Nesta doutrina anti-teológica, os rabinos recusam o lugar de intermediários entre os céus e a terra e se sentem mais enobrecidos na esfera mundana, cumprindo sua tarefa de conectar e transmitir. A terra pela qual optam não é ordinária ou profana, mas a terra de Abraão que eles têm que manter. Porque devemos lembrar que o coletivo não é apenas representado por quem está ali numa dada geração, mas também os que “ainda não estão”. O que a Lei representa ao coletivo de contemporâneos, as interpretações rabínicas -- a *Halachá*, a transmutação através das gerações – representa o coletivo dos “transtemporâneos”, os que vieram antes e os que virão depois. A *Halachá*, a flexibilização com estrita seriedade e integridade, em sua essência é um instrumento de mudança. Ao exercer mudança com a máxima responsabilidade e gravidade, o resultado aparente é a sensação de rigidez e de imutável. Mas ao contrário, sua própria missão é mediar entre as inquietações dos pais e seus filhos e dos filhos e seus pais. Pais têm o voto do passado e os



Filhos o pleito do futuro. Só o presente, elo buscado pelos rabinos entre passado e futuro, detém o expediente do veto. Por ser um corpo de vetos de um dado presente, a *Halachá*, parece estática quando, na verdade, é de natureza dinâmica. Os vetos de muitos presentes através da história do grupo são os pontos que se conectados evidenciam uma trajetória e não uma doutrina inerte. E nos vetos dos muitos presentes está a transmissão.

Entretanto vetos evocam poder e legitimidade. E esta se torna uma questão recorrente: se o Judaísmo não é uma religião, porque sua liderança deveria ser legitimamente executada pelos rabinos?

Por um lado não existe outra liderança tão comprometida com o coletivo horizontal e vertical como os rabinos. Líderes políticos, comunitários ou intelectuais parecem ter interesses muito efêmeros pelas questões coletivas, normalmente contemplando apenas as questões horizontais dos vínculos. Os rabinos incorporam o compromisso tradicional de transmitir e manter e, mesmo com ocasionais abusos ou más práticas, dão norte e advogam pelo coletivo e pelos compromissos com o coletivo. Os rabinos criaram *Israel*, não o estado, mas um “estado de ser” no qual, mesmo dispersos e disseminados pelos quatro cantos do mundo, ainda assim era possível estar-se juntos.

Sua grande contribuição, como vimos, são as mitsvot: práticas, costumes e padrões que vinculassem os judeus no tempo, nas estações sazonais, no estudo, na culinária, na liturgia, nos cantos, nas dança e nos mitos, fazendo com que estivessem juntos como irmãos, ainda que sem a mesma nacionalidade, a mesma língua, o mesmo ambiente e o mesmo destino.

O rigor e a inflexibilidade de se fazerem guardiões da transmissão do coletivo os aproximou da paixão religiosa e também do fanatismo devoto. Eles não trabalhavam para Deus, mas sim labutavam pelo coletivo. Falavam pouco de Deus e outros religiosos modernos, no campo da iluminação e da salvação, deles desconfiam até hoje porque não encontram neles esoterismo. Os rabinos sabem aludir e intuir e não lhes falta capacidade de se embrenhar em alegorias e metáforas. Porque para transmitir tiveram que fazerem-se mestres nas lendas, nas estórias e na interpretação. E exatamente porque sua função é a de constituir “fronteiras” para uma terra virtual, é que lhes interessa exatamente o contrário do esotérico – o exotérico e o notório. Para que o coletivo possa distinguir as delimitações do que é e o que não é tradição, do que é dentro e do que é fora, o sublime tem que ser palpável. E os limites não vêm para excluir, mas para possibilitar vínculo.

Por um lado demarcam e vetam, por outro esgarçam a lei pelo uso da interpretação para manter o coletivo unido. As tensões para a desunião são enormes e hoje as forças que fustigam as balizas da identidade são muito mais internas do que externas. Como diz um

amigo anarquista: “o ônus da prova está sobre a autoridade!”. Cabe à autoridade demonstrar que há mérito para legitimar sua condição de excelência. Aos rabinos o ônus da prova é a capacidade de suportar a tensão para romper barreiras e ao mesmo tempo se fazer permeável à diversidade e à complexidade do coletivo.

Por isso encontramos rabinos nos quatro acampamentos da identidade (1-comprometidos, 2-envolvidos, 3-distantes e 4-assimilados da tradição) e todos eles são igualmente autênticos porque, do mais ortodoxo ao mais leniente, incorporam a tensão de uma parcela específica do coletivo. Cada qual com suas demandas e pleitos, mas sempre pactuadas num vínculo parental comum que transcende o não parentesco e a diferença. A tal terra de Abraão.

Terra essa que não é exclusiva aos judeus, mas representa um balão de ensaio de um grupo sobre o sonho de Abraão; uma identidade que pode ser modelo a todas as identidades, ou como no discurso profético, de uma única identidade para todos os seres humanos.

Enfim a liderança genuína tem sido exercida por rabinos. Eles podem ser ortodoxos, conservadores, liberais ou seculares, mas tem que ser rabinos: devem ser guardiões do pacto coletivo. Ressaltando que “secular” não implica que os outros grupos sejam religiosos no sentido atual. O Judaísmo não é uma religião nos moldes das religiões modernas. Portanto, em algum lugar, do ponto de vista da compreensão moderna, todos eles – “religiosos” ou seculares – são mundanos e temporais. Quando Deus não interfere (*lo Ba-shamaim hí* – a Lei não está nos céus) há algo de laico em essência, e isso se deve ao fato de que, no que tange aos vínculos, as grandezas de cidadania, de civilidade e de solidariedade se sobrepõem ao sobrenatural e ao mistério.

É importante reconhecer que há grande pressão para que o Judaísmo se torne mais uma religião. A tentação por transladar o eixo de *Klal Israel* para Deus é grande porque está relacionada à esfera do poder. Porém constitui-se em grave delito porque fere o princípio pétreo do pacto ético que é de impedir a falsidade ideológica pelo uso do Nome em vão. Porque falar pelo Nome substitui o coletivo e destrói por completo a utopia de Abraão. A intervenção dos céus que os rabinos rejeitam inviabiliza o vínculo supra familiar, tribal e pátrio sonhado por Abraão e o reduz a uma obediência destituída de consciência. Deus substitui o coletivo (*klal Israel*) e extingue o vínculo, a teologia substitui a lei (Torá na letra e no espírito) e compromete a ética; e o dogma substitui a interpretação (*Halachá*) e interrompe a transmissão. Em muitos aspectos a religião na concepção convencional é antagônica ao Judaísmo. Rabino é aquele que sabe retirar a tradição deste lugar beato e insuflá-la com sonho e utopia. Mais que tudo é ser guardião impedindo que o ímpeto imediatista e messiânico exclua o futuro do coletivo, instaurando um Reino dos Céus por

força de decreto, ao invés de comprometer-se com um mundo humano que possa algum dia no futuro refletir essa essência utópica celestial.

## Números

Os números são sempre importantes para o coletivo porque representam não apenas quantidade, mas qualidade. Os números revelam o incontestável do resultado, medida de êxito na absorção de signos e linguagens grupais. Ao mesmo tempo sabemos que os números são insólitos e muitas disciplinas foram criadas para entender o que os números dizem. Então números são importantes desde que se entenda o que eles realmente dizem.

Os judeus são fascinados por números. Que não se faça trocadilho com o estereótipo do numerário. É que o mesmo deslumbramento que possuem pela palavra e o que anuncia, o tem pelos números e a linguagem que enuncia. Os números estão na Criação que quantifica obra e pausa; no sonho-pacto de Abraão, onde o incontável aparece como medida exata; nas 600k de almas que dão referendo constitucional ao Monte Sinai; nos 10 mandamentos que simplificam esperançosamente a ética; nos 613 comandos que sofisticam a ética numa prática impraticável, utópica; nas 12 tribos que convenientemente se reduzem a uma única; no “10” do quórum mínimo (*minian* -- município-virtual) que estabelece um espaço público; nas letras que se convertem em números; e no Deus que tem sua qualidade numa quantidade – a única onde o “1” é coletivo. Enfim os números são capitais para o território plural.

Nos números se define também o que é incluído e o que é excluído. Porque os números são conjuntos de pertencimento e o que os quantifica é exatamente o determinar do que está dentro e do que está fora. Interessante notar que no quarto livro da Torá, denominado em hebraico “Em Deserto” e traduzido ao grego e latim como “Números”, confunde-se números e lugar. “Em Deserto” é o lugar onde a nação dos hebreus se forma e certamente há ironia e grandeza num povo que se constitui num lugar que não é terra, numa comarca que não tem dono, numa região sem fronteiras ou jurisdição. Por essa razão, estar-se dentro ou fora não diz respeito a fronteiras de um lugar, mas de números. São eles que outorgam cidadania a aqueles que são contados ou não. Para os sem-terra nômades a caminho de uma terra a ser mostrada, os números são um chão. Ou seja, uma nação feita por aqueles que são contados dentro.

Várias matemáticas foram aplicadas a esses números: a dos filhos de pai judeu, posteriormente modificada para filho de mãe judia; a dos de um único avo judeu (álgebra de Hitler para contabilizar e que foi replicada em afronta pela Lei do Retorno no Estado de

Israel); ou a de contabilizar apenas os observantes ou praticantes; e ainda, para não ferir a propriedade da adição pelo risco de somar laranjas e maçãs, o “*goy*” foi enfatizado para caracterizar o que não conta.

E o número se tornou crítico quando um terço, 6M, foi bestialmente aniquilado no Holocausto, deixando os judeus num intransponível 12M de nação. A perda por violência e a perda por assimilação são um ataque às fronteiras de um povo que habita num *Klal*, num país feito de cifra e conjunto. E os números começaram a ser interpretados em estatísticas que falavam unicamente da preservação do *Chacham* (dos envolvidos), dos ortodoxos que não se misturavam ou se aculturavam e de números decrescentes quando se ia dos superficialmente envolvidos, aos distantes e aos assimilados. E os números deixavam claro que o casamento misto, o aparecimento de cônjuges de outra identidade, representava uma ameaça à segurança nacional de um povo de números. E se o futuro demográfico se fizer apenas de um subgrupo de pertencimento, de Ortodoxos-envolvidos, se tornará homogêneo e não representará *Klal Israel*, a diversidade que qualifica o vínculo e a identidade de Abraão.

Mas novos números e suas leituras têm aparecido e mostrado significados diferentes. Eles mostram que há um aumento na aproximação dos tais casais mistos, com a inclusão em crescimento dos indivíduos com outra identificação. Os que não contavam, estão apontando para a possibilidade de que sim podem ser contados, que podem adquirir vínculos com o coletivo, com *Klal Israel*. Na verdade são provavelmente estes os que podem romper a barreira estacionária de uma nação que não cresce e que vive assombrada com cifras e desaparecimento.

Há rabinos descendentes destas unidades familiares, há pessoas se tornando observantes, identificados, superficialmente identificados, distantes e seculares surgindo a partir desse grupo de casamentos mistos que não abandonam a tradição, mas que ao contrário, reavivam o vínculo. Há um crescente número de judeus identificados saindo destes casamentos mistos e este fato produz um novo contingente – aqueles que têm “sangue” judeu na família não por ancestralidade, mas por descendência. Ser mãe de um judeu ou uma judia favorece a construção do vínculo de Abraão, de forma similar a quem vem de ventre-ancestral judeu. Essa não é a Lei, mas pode representar uma nova maneira de realizar o sonho de Abraão de vínculo coletivo, referendar a proposta de Moisés de que o coletivo se produza num ambiente ético e contemplar também a prerrogativa rabínica de que seja transmissível a novas gerações.

Esse grupo é um número fundamental em nosso tempo. E ele se distribui pelas quatro esferas de *Klal Israel*, não tão somente pelos assimilados ou distantes. As escolas já fazem

isso há décadas e algumas sinagogas também e esses “números” são hoje essenciais na contagem. Diria, que num lugar simbólico, a nação se refaz hoje “Em Deserto” – não no lugar seguro e controlado de suas fronteiras, mas no chão inóspito e arriscado para a identidade. E talvez toda uma geração aprisionada a fronteiras de números antigos tenha que desaparecer para que uma nova retome o caminho a terra a ser mostrada.

Esse deserto não é simples e não é sem grandes ameaças. Há inimigos, há desistência, há dúvida, há discórdia, há desunião, há desesperança e, principalmente há sede e apetite por um conteúdo que alimente o espírito e o sentido. E líderes como eu terão que se retirar de cena para que algo novo se apresente, tal como o Deserto foi o local de ação e finitude de Moisés.

## Palavras – Futuro (devarim)

O que os judeus não podem ser é indivíduo. Ser judeu é fazer parte de um coletivo mais que qualquer outra definição. E o desafio é enorme porque não há maior valor em nossos tempos do que a individualidade.

E é normalmente por esse quesito que as pessoas rompem com o elo milenar. No entanto, mesmo que a pertinência a um grupo seja parcial e provisória, ainda distante da pertinência universal e definitiva profetizada pelos Profetas, ainda assim ela tem a potência de romper o senso de separação que a individualidade produz.

O último livro da Torá são palavras (de Moisés), porém são mais que falas, são palavras-coisas (devarim). Palavras-coisas representam falas-estruturas que devem ser escutadas como se tivessem a solidez, a concretude e a densidade de poderem ser pesadas. Porque se “coisificadas”, as palavras se tornam bens ao futuro, como uma herança palpável em falas transportáveis a novas gerações. Palavras com a qualidade de serem colocadas sobre a mesa, carregadas ou guardadas em algum baú da família (Toire). Palavras que só podem ser escutadas de forma transcendente como evoca Moisés: “Inclinaí vosso ouvido ó Céus e fazei escuta ó Terra!” (Deut 32:1). Palavras que não tenham um sentido estático, mas que férteis semeiem novas safras: “Goteje o meu conceito como a chuva, destile a minha palavra como o orvalho” (Deut. 32:2).

E que palavras são essas que urge e angustiam Moisés?

A individualidade é uma força constante e que veio para ficar. A individualidade é a matriz da liberdade e da criatividade humana e toda a tentativa de erradicá-la será frustrada por sua potência e por sua eficiência em consagrar o ser humano com identidade. No entanto, exaspera-se Moisés em convicção, para alertar que a individualidade carrega a maldição

da separação, sombra macabra e letal à identidade (Se eu sou só por mim, quem sou eu?). Viver sem vínculos é colocar a deriva o sonho Abraâmico; é calar a Tora ética; é estancar a possibilidade de transmitir.

Sim os vínculos aos olhos do indivíduo classificam e segregam. Sim identidades e grupos discriminam e apartam. No entanto são recursos evolutivos indispensáveis – por precários que sejam e tudo humano é precário, vide democracia, cidadania -- até que nos tornemos uma família planetária e universal constituída de indivíduos plenos. A terra a ser mostrada a Abraão é plural – diversamente vinculada. Nela a identidade não é apenas o que eu sou, o caráter, mas a pertinência, como eu sou.

Enfim: *al tifrosh min ha-tsibur!* – não te afastes do espaço público!

Não abandone línguas do passado coletivo; não deixe de ter instituições de ensino que manifestem essa identidade; não deixe de ir a casas de estudo porque o estudo salva da banalidade material; não deixe de torcer e criticar e de se fazer fiador e agente do coletivo.

Porém, atenção! O coletivo não constrói suas palavras-futuro a partir da vida comunitária pueril, paroquiana ou moralista. As palavras-futuros são um patrimônio de um coletivo corajoso, criativo e ousado em relação à vida e suas questões. Não é o coletivo pelo coletivo, mas a caminhada grupal em direção a uma terra-futuro de transformação e redenção.

14

O coletivo que nos atrai é o que lapida o humano com maior qualidade, que se arrisca e se desafia para ampliar horizontes e fica mais desperto e iluminado. Por isso queremos ser parte do coletivo de mestres, juízes, pensadores e videntes. Queremos ser do coletivo de pessoas que mudaram o olhar do mundo, dos que se destacaram em construir novos parâmetros e novas avenidas por onde a caminhada acontece. É a partir dessa comunidade de transformadores e inovadores, de empreendedores e valorosos, que cada geração renova seu vínculo com o sonho de Abrão e que a ética de Moisés refaz um novo pacto.

É nessa vida comunitária ou gravitando em torno dela que a separação existencial é atenuada. E a solidão – a sensação de banimento e exílio do Jardim do Éden, do lugar ninho – encontrar. Feliz daquele que tem terra a aspirar e um destino para chegar. Se resgatam no projeto evolutivo da realidade. Aos demais, aos que trocam o vínculo pela prepotência de seu projeto privado, fica um penado vagar pela existência, enxerto de fleuma e zumbi, tendo como única alternativa a mumificação de si mesmo para vencer o efêmero de nossa humanidade.

As palavras-futuro (*devarim*) são verbetes da consciência coletiva em contraposição às falas solitárias de nossa consciência pessoal. Apenas nelas as falas de Deus podem ser escutadas. E esta escuta é difícil porque estas palavras têm a difícil peculiaridade de serem multiface-

tadas e diversas. Mas é nessa diferença que elas estabelecem conversas para além de si mesmo e de suas verdades. Elas ventilam e libertam das masmorras do Eu, da racionalização e da auto justificação.

Preservem as palavras-futuro, é que implora Moisés. São elas as tendas que podem ser erguidas em qualquer ambiente e realidade. Tendas que são moradas provisórias até a chegada de um tempo-estado que ainda virá. As palavras-futuro dependem de afeto, criatividade, ousadia e empolgação para produzir o solo sagrado do porvir. Trata-se do Mundo Vindouro do qual todos queremos ser cidadãos e que está para além de nossa longevidade. Esse mundo povoado com a multiplicidade das estrelas de nossa descendência nos manterá incluídos porque, tal como Moisés, podemos subir ao monte do qual se avista o que não nos pertencerá. Desde lá Moisés enxerga a terra que não possuirá, mas na qual está costurado para a eternidade. Assim o ser humano se eterniza não no sarcófago de sua individualidade, mas nas palavras-futuro que produz – em tradição. As palavras-futuro que recebi são palavras de Deus e de meus avós. No reconhecimento desta autoria compartilhada com a voz que nunca cessa e com a voz que já cessou intuo a minha eternidade e relevância nas palavras-futuro que deixarei.

Em tradição o repouso nunca é num sepulcro aleatório, mas no chão de Abraão, na terra umbilical dos ancestrais. Solo que não é a desistência amarga ao involuntário e ao inexorável, mas o descanso triunfante de quem, no avistamento do futuro onde não estará, enxerga as suas próprias palavras-futuro vivas e fecundas.

15

28 de fevereiro de 2014 :: 28 de Adar I de 5774

**GUIA PRÁTICO PARA MANTER-SE  
CONECTADO AO ESPAÇO COLETIVO**

**[ACESSE AQUI](#)**